

Aspectos de militarização e defesa costeira no Garb al- Ândalus: o caso de Cascais

Aspects of militarization and coastal defence in the Garb al-
Andalus: the case of Cascais

Marco Oliveira Borges

Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo: Entre os séculos VIII-XII o território do actual concelho de Cascais terá tido um papel importante no sistema de defesa costeira do Garb al-Ândalus. Integrado na área ocidental marítima do distrito (*kura*) de Lisboa, este território estaria dotado de estruturas defensivas e de alerta envolvidas num sistema que começaria a ganhar forma a partir do litoral de Sintra, ao mesmo tempo que o seu porto e ancoradouros locais permitiam apoiar as actividades marítimas e militares.

Palavras-chave: Garb al-Ândalus, distrito de Lisboa, militarização, defesa costeira, Cascais

Abstract: Between the 8th and the 12th centuries the territory of the current municipality of Cascais played an important role on the coastal defence system of the Garb al-Andalus. Being part of the Western maritime area of the district (*kura*) of Lisbon, this territory was endowed with defensive and alarm structures engaged in a system that would gain its shape from the coast of Sintra, and at the same time its port and local anchorages helped support the maritime and military activities. Using an interdisciplinary methodology that brings together historical and archaeological data, the geographical recognition of the territory and the study of toponymy, we bring a further contribution that systematizes the information available and is part of spatially more expanded investigations that have been developed. In fact, these ongoing investigations have highlighted the Sintra-Cascais geographical complex, bringing new perspectives and a reinterpretation on the Islamic occupation of this area. The coast of the present municipality of Cascais extends between the port of Touro and Carcavelos, being endowed with a very rich maritime cultural landscape that has also been exploited in the scope of underwater archaeology. The port of Touro, flanked by the archaeological site of the Espigão das Ruivas, was also used by Muslims, although it is still unclear in which context. From this location to Carcavelos there are some toponyms that may be associated with the Islamic past and maritime and defensive activities, so they will also be our focus. Recently, even the place name Cascais has been related to the former Islamic presence of this area, and this is a subject that needs to be further explored. Finally, we will approach the port of Cascais and its adjacent area, which is known for a fact to have had human occupation ever since

the Roman Period. Given its strategic position for navigation and its proximity to Lisbon, it is very likely that it was already permanently occupied and provided with a fortification during the Islamic period.

Keywords: Garb al-Andalus, district of Lisbon, militarization, coastal defence, Cascais

Para citar este artículo: Marco OLIVEIRA: “Aspectos de militarização e defesa costeira no Garb al-Ândalus: o caso de Cascais”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, Vol. 6, Nº 11 (2017), pp. 172-196.

Recibido: 11/04/2016

Aprobado: 11/05/2017

Aspectos de militarização e defesa costeira no Garb al-Ândalus: o caso de Cascais

Marco Oliveira Borges

Universidade de Lisboa

marcoliveiraborges@gmail.com

Introdução

Durante os séculos IX-XI os piratas nórdicos habitualmente denominados *vikings* levaram a cabo incursões às costas do al-Ândalus, estando documentados ataques a Lisboa (*al-Ushbuna*) em 844, 858 e 966.¹ É possível que em 859 também tenham alcançado esta cidade e, como deverá ter ocorrido nos referidos ataques, outros locais integrados no distrito (*kura*) de Lisboa, mas que ficaram omissos nas fontes.² O desencadear destas investidas, que chegaram a alcançar o mar interior, levou o governo omíada a dar especial atenção ao sistema defensivo costeiro e a reforçar o aparelho militar ao longo do litoral atlântico e mediterrânico. Para além da edificação de torres de vigia (*buruj*, pl. de *burj*) e da utilização de sítios elevados e estratégicos que funcionavam como atalaias³ (*tali'a*, pl. de *at-talai'a*), foram construídas diversas fortificações, destacando-se os castelos (*husun*, pl. de *hisn*) e os conventos fortificados (*ribut*, pl. de *ribat*)⁴. Ademais, tomaram-se medidas para a formação de uma marinha

¹ Sobre os ataques *vikings* ao Ocidente ibérico, cf. Hélio PIRES: *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*, Tese de doutoramento inédita, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

² Cf. ABENALCOTÍA: *Historia de la conquista de España de Abenalcotía el Cordobés. Seguida de fragmentos históricos de Abencotaiba, etc.*, Madrid, Tipografía de la Revista de Archivos, 1926, p. 50; Hélio PIRES: op. cit., p. 104; Fernando Branco CORREIA: “A acção do poder político nas actividades portuárias e na navegação no ocidente islâmico. Alguns tópicos”, em Jesús Angel SOLÓRZANO TELECHEA e Mário VIANA (eds.), *Economia e Instituições na Idade Média. Novas Abordagens*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2013, pp. 13-14.

³ As atalaias podiam ser estruturas arquitectónicas (normalmente turriformes) ou apenas simples locais destacados na paisagem de onde se exercia a vigilância e alertava para a chegada de inimigos (cf. Mário BARROCA: “Atalaia”, em Jorge de ALARCÃO e Mário BARROCA (coords.), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 2012, pp. 48-49).

⁴ Habitualmente, o *ribat* é designado por convento fortificado, convento-fortaleza ou mosteiro-fortaleza, sendo uma fortificação associada à protecção dos espaços de fronteira terrestre e marítima, mas também ao movimento da *jihad* (Mário BARROCA: “Ribat”, em *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, p. 299). Assim, para além de arquitectonicamente designar uma estrutura fortificada, o termo *ribat* contém o significado abstracto ligado ao exercer da espiritualidade própria da guerra religiosa. Com efeito, este termo pode ser aplicado a um assentamento militar em que se faz o *ribat* espiritual, em que existe uma actividade bélica importante e com povoação variada (cf. Mikel de EPALZA: “La Ràpita Islàmica: Historia Institucional”, em Francisco FRANCO SÁNCHEZ (ed.), *La Ràpita en el Islam. Estudios Interdisciplinarios. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*, Sant Carles de la Ràpita/Alacant, Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d'Alacant, 2004, pp. 6-7 e 27). No entanto, para o caso do al-Ândalus, tem sido referida uma possível tipologia arquitectónica específica destas edificações

de guerra ampla e bem provida de projecteis incendiários, tendo-se recrutado marinheiros e mercenários de várias partes, alguns deles especializados no lançamento de fogo-grego.⁵ Se os acontecimentos de 844 também levaram, poucos anos depois, à edificação de estaleiros de construção naval em Sevilha, é muito provável que o mesmo tenha ocorrido noutros pontos do al-Ándalus, inclusive no Garb.

Cascais, inserido na área ocidental marítima do território do distrito de Lisboa (figs. 4 e 7) e estando na rota dos ataques *vikings*, foi um dos territórios que terá beneficiado do esforço de militarização associado à defesa costeira e que abarcou outros diversos locais, sendo necessário continuar a explorar esta área geográfica em paralelo com outros casos.⁶ No entanto, é preciso referir que, ainda que o impulsionamento da defesa costeira islâmica seja geralmente atribuído à época que se seguiu aos primeiros ataques *vikings*, em 844, ano em que ficou registada a primeira investida destes guerreiros nórdicos às costas do Garb al-Ándalus, esta área «já era um cenário de guerra há mais de cem anos».⁷ Com efeito, isso leva a pensar que a paisagem já estivesse marcada por fortificações cuja necessidade não foi criada pelas investidas nórdicas, mas apenas reforçada por elas.⁸

ões, divergindo dos *rubut* fortificados do Norte de África, pelo que também chegam a ser designadas somente como conventos (cf. R. AZUAR: “El ribât en al-Andalus: espacio y función”, *Ilus. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos*, X (2004), pp. 23-24; Íd.: “O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribat-s* do Al-Andalus”, em *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, Aljezur, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, pp. 29-30 e 35-36; Alexandre GONÇALVES: *Escavação arqueológica do Alto da Vigia (Colares-Sintra): relatório da intervenção realizada em 2015* [policopiado], p. 9). Outro aspecto a ter em conta, e que tem levado a que se demarque das funções militares geralmente atribuídas aos *rubut*, é que estas estruturas também chegaram a desempenhar um carácter comercial, estando associadas a rotas e escalas marítimas (cf. R. AZUAR: “El ribât en al-Andalus”, pp. 28-29; Íd.: “Piratería y rábidas en la formación del Sharq al-Andalus”, *Arqueologia Medieval*, 9 (2005), pp. 152-156; Íd.: “O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribat-s* do Al-Andalus”, p. 32). Partindo da ideia de que nem todas estas estruturas terão sido erguidas exactamente com a mesma tipologia construtiva e o mesmo propósito específico, embora tenham acumulado funções associadas à prática de *ribat* e, ao longo da sua existência, até possam ter ganho outras funções diferentes das que inicialmente teriam presidido à sua edificação – isto mediante uma adaptação a diferentes conjunturas históricas –, a exploração da realidade geográfica e do contexto histórico em que se inseriam é fundamental para tentar compreender o seu antigo funcionamento e as razões da sua implantação em determinado local.

⁵ Sobre todas estas medidas, cf. ABENCOTÍA: *op. cit.*, p. 53; António Borges COELHO: *Portugal na Espanha Árabe*, 3.ª ed. rev., Lisboa, Editorial Caminho, 2008, pp. 169 e 173; Fátima ROLDÁN CASTRO: “Los Mayus. A proposito de un texto atribuido a al-Udri”, *Philologia hispalensis*, 2 (1987), p. 157; Jorge LIROLA DELGADO: *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya (siglo IV hégira/X era cristiana)*, Tesis doctoral inédita, vol. I, Universidad de Granada, 1991, pp. 122-125; Christophe PICARD: *La mer et les Musulmans d'occident au Moyen Age (VIII^e - XIII^e siècle)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 148 e 156; Helena CATARINO: “Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa”, *La Rábida en el Islam...*, pp. 263-267; Fernando Branco CORREIA: *op. cit.*, pp. 14-38.

⁶ Recentemente, no âmbito do programa televisivo “Caminhos” (RTP2), tivemos a oportunidade de participar num episódio sobre “A defesa costeira no litoral de Sintra-Cascais durante o Período Islâmico”. O episódio pode ser visto através da seguinte ligação: https://www.youtube.com/watch?v=xVvG-KbkVvw&feature=em-upload_owner (consultado pela última vez em 10-05-2015).

⁷ Hélio PIRES: *op. cit.*, p. 243.

⁸ *Ibidem*.

Enquadramento histórico-arqueológico

Até há pouco mais de vinte anos atrás era geralmente aceite que os primórdios urbanísticos do centro histórico de Cascais remontavam à Baixa Idade Média, destacando-se a sua condição de povoado amuralhado.⁹ Dizia-se que essa área próxima do mar apenas havia adquirido importância num momento posterior à tomada cristã de Lisboa, ocorrida em 1147, estando a ocupação do local associada a um movimento geral de aparecimento/crescimento de povoados costeiros «que, à necessidade de escoamento e de fixação de gentes, aliavam a protecção da costa e as exigências de um comércio marítimo em plena expansão».¹⁰ No entanto, trabalhos arqueológicos iniciados em 1992, junto à torre-porta que resta da muralha da vila (geralmente chamada de castelo)¹¹, vieram trazer novas perspectivas à história urbana cascalense. Se na área que hoje em dia pertence ao actual concelho de Cascais já tinham sido detectadas mais de uma dezena de *villae* e alguns complexos industriais romanos dispersos pelo território¹², foram os trabalhos de 1992 que, pela primeira vez, permitiram detectar estruturas romanas no foco portuário junto à praia da Ribeira.¹³ Com efeito, pertencendo a um complexo fabril de preparados piscícolas que operou pelo menos entre a primeira metade do século I d.C. e os finais do século III¹⁴, foram descobertas cetárias que vieram comprovar a ocupação do espaço terrestre junto ao porto anteriormente à Idade Média, ainda que outros dados materiais romanos já tivessem sido obtidos nas proximidades e até mesmo ao largo da costa.

Em todo o caso, a utilização do actual fundeadouro cascalense terá uma diacronia anterior ao Período Romano¹⁵, como havia sugerido Manuel A. P. Lourenço, devendo remontar à altura da chegada dos fenícios a esta área¹⁶, à semelhança do que terá acontecido no porto do

⁹ Cf. João CABRAL e Guilherme CARDOSO: “Escavações arqueológicas junto à torre-porta do Castelo de Cascais”, *Arquivo Cultural de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 12 (1996), p. 127.

¹⁰ Era dentro deste movimento geral, de facto, que em finais da década de 1980 se compreendia «o nascimento e o surto de Cascais» (cf. A. H. de Oliveira MARQUES: “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 108-111).

¹¹ Na verdade, não existe um consenso sobre o que era o castelo de Cascais. Se alguns autores afirmam que era toda a estrutura amuralhada da vila, outros defendem que seria apenas um edifício dentro desse recinto (vide infra, n. 78-99 e fig. 5).

¹² Guilherme CARDOSO: *Carta arqueológica do concelho de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1991, p. 21.

¹³ João CABRAL e Guilherme CARDOSO: *op. cit.*, p. 131.

¹⁴ Guilherme CARDOSO: “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica*, 13 (2006), pp. 145-150.

¹⁵ António CARVALHO e Jorge FREIRE: “Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta”, em Trinidad NOGALES y Isabel RODA (eds.), *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial*, vol. II, Badajoz, Consejería de Cultura y Turismo, 2011, p. 731.

¹⁶ Manuel A. P. LOURENÇO: “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, 42 (1953), pp. 8 e 19; Íd.: *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 8.

Touro¹⁷, limite costeiro Noroeste do concelho de Cascais. Na verdade, se quando chegaram à Península Ibérica os fenícios vieram a aproveitar os circuitos comerciais indígenas já estabelecidos¹⁸, a utilização naval do porto de Cascais e de outros pontos desta costa, incluindo o porto do Touro, até poderá remontar ao Bronze Final.¹⁹

Voltando ao Período Islâmico, ainda durante o século VIII terá começado a ganhar forma um sistema de defesa costeira a partir de Sintra que teria necessária continuação pelo actual litoral cascalense, embora Cascais não tenha sido alvo da atenção dos autores muçulmanos, os quais, aliás, não tiveram em conta a realidade portuária entre a costa de Sintra e o porto de Cascais, se bem que exista uma possível descrição da Boca do Inferno.²⁰ De forma comprovada, existem somente as descrições relativas a Alcabideche, nomeadamente por intermédio do famoso poeta local: Abu Zaid Ibn Muqana al-Qabdaqi al-Ushbuni (século XI).²¹

Nem mesmo o foral de Sintra de 1154, que chegou até aos nossos dias através de dois traslados feitos no século XV, alude a Cascais como parte integrante do termo sintrense, ainda que durante o século X devesse existir um *iq̄lim* em Sintra que englobaria Cascais e Mafra nos limites do seu termo.²² É verdade que existem referências à passagem dos cruzados que auxiliaram na tomada de Lisboa (1147) pelo porto de Cascais, com expressa alusão a este topónimo, mas essas informações, se bem que alegadamente baseadas numa memória documental do século XII, aparecem muito tardiamente.²³ É num documento de 1282 que, pela primeira vez, o topónimo «Cascais» vem atestado.²⁴ Em todo o caso, nos últimos tempos tem ganho forma a possibilidade de que o topónimo Cascais possa mesmo ter uma origem árabe associada ao contexto de defesa costeira do al-Ândalus.²⁵

¹⁷ Sobre este local, cf. Marco Oliveira BORGES: “A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna”, *História. Revista da FLUP*, IV: 6 (2016), pp. 161-182.

¹⁸ Manuela BARTHÉLEMY: “El comercio fluvial fenicio en la península ibérica”, em *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos. Cádiz, 2 al 6 de Octubre de 1995*, vol. I, Cádiz, Servicio de Publicaciones Universidad de Cádiz, 2000, p. 292.

¹⁹ Marco Oliveira BORGES: *op. cit.*, pp. 178 e 182.

²⁰ Fátima ROLDÁN CASTRO: *El Occidente de Al-Andalus en el Atar al-Bilad de al-Qazwīnī*, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990, p. 91; Adel SIDARUS e António REI: “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, 7 (2001), pp. 45-46 e 55-56; Íd.: *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 123, n. 3.

²¹ O poeta nasceu em Alcabideche, em inícios do século XI ou finais do anterior. É provável que não tenha vivido muito para além de 1068 (António Borges COELHO: *op. cit.*, pp. 524-525 e 552, n. 44).

²² Alguns indícios levam a crer «que a figura do *Iqlim* em torno das grandes cidades poderá corresponder à área sobre a qual o aglomerado exerce um controlo económico e espacial» (Catarina COELHO: “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3:1 (2000), p. 208).

²³ Cf. Marco Oliveira BORGES: “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP*, IV: 3 (2013), pp. 127-129.

²⁴ ANTT: *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fls. 46v-47.

²⁵ Vide infra, n. 63-74.

Cascais no sistema de defesa costeira

Se estamos melhor informados sobre o dispositivo defensivo para o caso do litoral do actual concelho de Sintra – ainda que subsistam diversas dúvidas –, tendo existido postos de defesa e de alerta que visavam impedir o acesso de forças inimigas ao território e alertar Lisboa e as cidades a Sul²⁶, para o caso de Cascais os dados são bastante obscuros. Contudo, na faixa costeira entre Sintra e Lisboa terão existido vários postos de vigia e de defesa, até mesmo junto a portos e ancoradouros²⁷, tendo naturalmente abrangido Cascais e marcado a paisagem cultural marítima²⁸ deste complexo geográfico.

Para além das estruturas que estariam dispostas ao longo da costa, existiriam postos militares edificados mais para o interior. Al-Himyari, para a região entre Lisboa e Sintra, refere a existência de uma montanha usada antigamente como reduto fortificado²⁹, o que poderia, à partida, sugerir algum local elevado no actual concelho de Cascais ou nas suas imediações. Aparentemente, e pelo facto de al-Himyari referir que a montanha em questão estava dotada de pedras judaicas, as quais, segundo este geógrafo muçulmano, tinham propriedades que ajudavam a dissolver as pedras da vesícula e dos rins, Eva-Maria von Kemnitz referiu que o local em

²⁶ Cf. Christophe PICARD: *Le Portugal musulman (VIII^e - XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 62, 155, 209-210 e 215; Helena CATARINO: “Breve sinopse sobre topónimos...”, pp. 264-267; Marco Oliveira BORGES: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP*, IV: 2 (2012), pp. 109-128; Íd.: *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*, Dissertação de mestrado inédita, Universidade de Lisboa, 2012, pp. 175-176; Íd.: “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147)...”, pp. 133-134; Fernando Branco CO-RREIA: “A acção do poder político...”, pp. 20-22; Íd.: “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos *Majus* (entre Tejo e Mondego)”, em Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 77-79; Marco Oliveira BORGES: “A importância estratégica do conhecimento do território na formação de um sistema defensivo: o caso de Sintra (Portugal) durante o Período Islâmico”, *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras* (no prelo).

²⁷ Sobre os portos e ancoradouros desta área geográfica, cf. Marco Oliveira BORGES: “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, em *Jornadas do Mar 2014. Mar: uma onda de progresso*, Almada, Escola Naval, 2015, pp. 152-164.

²⁸ Sobre a noção de paisagem cultural marítima, cf. Christer WESTERDAHL: “The maritime cultural landscape”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 21: 1 (1992), pp. 5-14; Ben FORD: “Introduction”, em Ben FORD (ed.), *The archaeology of maritime landscapes*, New York, Springer, 2011, pp. 1-9. Sobre a sua aplicação ao estudo de Cascais e Sintra, cf. Jorge FREIRE: *À vista da costa: a paisagem cultural marítima de Cascais*, Tese de mestrado inédita, Universidade Nova de Lisboa, 2012; Íd. e António FIALHO: “A paisagem cultural marítima de Cascais: o modelo de investigação e de gestão do litoral”, em José Morais ARNAUD, Andrea MARTINS e César NEVES (coords.), *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1213-1220; Marco Oliveira BORGES: “Paisagem cultural marítima de Sintra: uma abordagem histórico-arqueológica”, em *Actas do I Colóquio Ibérico de Paisagem. O estudo e a construção da paisagem como problema metodológico* (no prelo).

²⁹ AL-HIMYARI: *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*, Valencia, Anubar, 1963, p. 17; António Borges COELHO: *op. cit.*, p. 47.

causa era Monte Suímo, nas proximidades de Belas (Sintra).³⁰ Este local costuma ser identificado como sendo Ossumo³¹, uma das vilas do senhorio de Lisboa referidas por al-Razi (século X).³²

Situado na serra da Carregueira, numa área em que hoje em dia se encontra uma instalação militar do Exército Português, Monte Suímo é uma colina de forma arredondada de 291 m de altura, constituindo o maior relevo do conjunto de elevações desta serra. A sua localização privilegiada permite obter uma visão de quase 360° dos arredores, com vistas para Lisboa, estuário do Tejo, para toda a Península de Setúbal até à serra da Arrábida e para o Atlântico, sendo apenas interrompidas pelo perfil dominante da serra de Sintra.³³

Monte Suímo é famoso pelas suas pedras, sobretudo jacintos, granadas e, em menor escala, esmeraldas, sendo o único local no termo de Lisboa conhecido por conter minas com este tipo de pedras preciosas, ou, pelo menos, o mais conhecido. As referências a este local e à exploração do mesmo remontarão ao século I d.C., altura em que Plínio-o-Velho referiu que no território de Lisboa se recolhiam carbúnculos e gemas de intenso brilho e de grande qualidade. Outros autores romanos viriam a mencionar este local, denominando-o por *Mons Summus*, «monte máximo».³⁴

Durante o Período Islâmico alguns autores voltaram a aludir ao *Munt Shiyun* ou Monte Sião, bem como à exploração de minas e à existência de pedras preciosas num monte (ou montanha) das proximidades de Lisboa³⁵, embora sem ligarem as ditas pedras ao referido local. Em relação ao reduto fortificado atrás referido, parece que apenas al-Himyari (século XIII), decerto baseado em al-Bakri, discípulo de al-Udhri, refere a sua existência. Neste sentido, a informação sobre o local fortificado já viria do século XI.

³⁰ Cf. Eva-Maria von KEMNITZ: “Sintra islâmica – reminiscências históricas, literárias e artísticas”, *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2008, p. 59, n. 12.

³¹ Cf. Sérgio Luís CARVALHO: “Acerca das minas do Suímo (Belas), sua identificação com Ossumo e respectiva exploração pela Coroa na Idade Média”, *Arqueologia do Estado. 1.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 465-473; José Cardim RIBEIRO: “Felicitas Iulia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea”, sep. de *Al-Madan*, II: 3 (1994), p. 82. Outras possíveis localizações foram aduzidas por Adel SIDARUS e António REI: *op. cit.*, pp. 41-42, 48 e 54; Íd.: “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico (714-1147)”, *A Nova Lisboa Medieval. Actas do I Encontro*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 31; Jorge de ALARCÃO: “Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – V”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 11: 1 (2008), pp. 115-116; André de OLIVEIRA-LEITÃO: *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX-início do século XIV)*, Dissertação de mestrado inédita, Universidade de Lisboa, 2011, p. 31; António REI: *O Gharb al-Andalus al-Aqsá...*, pp. 149 e 192.

³² António Borges COELHO: *op. cit.*, p. 37.

³³ M. CACHÃO, P. E. FONSECA, R. Galopim de CARVALHO, C. Neto de CARVALHO, R. OLIVEIRA, M. M. FONSECA e J. MATA: “A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade”, *E-Terra. Revista Electrónica de Ciências da Terra*, 18: 20 (2010), p. 2.

³⁴ Cf. Sérgio Luís CARVALHO: *op. cit.*, 466-468.

³⁵ Cf. António REI: *O Gharb al-Andalus al-Aqsá...*, pp. 123, 125, 144, 149 e 192.

Se tivermos em conta a forte possibilidade de que esse reduto fortificado estaria mesmo edificado no Monte Suímo, até pela situação geográfica atrás descrita, capacidade de visualização e de comunicação a longa distância com outros locais importantes integrados na óptica do sistema defensivo que temos vindo a referir, quando é que teria sido erguido? Qual a sua tipologia? Até quando terá estado em funcionamento? Embora ainda não existam possíveis repostas para estas questões, observações efectuadas por Vítor Rafael Sousa e Rui Oliveira em Monte Suímo permitiram verificar a existência de fragmentos de telhas e outras cerâmicas cronologicamente enquadráveis no período alto-medieval/islâmico, bem como a existência de estruturas que poderão corresponder às ruínas de uma antiga fortificação (figs. 1 e 2).³⁶ Todavia, são necessários trabalhos arqueológicos para que se possa compreender realmente qual a realidade estrutural que subsistiu naquele local e se, de facto, os vestígios dizem respeito a uma antiga fortificação muçulmana.



Fig. 1 – Ruínas de estruturas pétreas observáveis em Monte Suímo (foto: Vítor Rafael Sousa).

³⁶ Agradecemos a Rui Oliveira e a Vítor Rafael Sousa pelas indicações e contributo fotográfico nesta parte do estudo.



Fig. 2 – Fragmentos de telhas alto-medievais/islâmicas em Monte Suímo (foto: Vítor Rafael Sousa).

Ainda no interior do concelho de Sintra, é de referir o topónimo Albarraque, localidade que chegou a integrar o termo de Cascais nos séculos XIV-XV. Manuel A. P. Lourenço, embora sem indicar qualquer tipo de fonte ou hipótese explicativa, referiu que Albarraque deriva do nome de um chefe militar: «Alborak» ou «Al-Borrak».³⁷

No limite costeiro Noroeste de Cascais há que referir o porto do Touro, local ladeado a poente pelo Espigão das Ruívas, rochedo na cota dos 30 m, já em território de Sintra e onde foram exumados materiais arqueológicos da Idade do Ferro, do Período Romano e do Período Islâmico.³⁸ O porto do Touro foi usado até muito recentemente por pescadores, sendo que no Espigão das Ruívas foram detectadas as ruínas de uma estrutura pétreia que chegou a ser apontada como sendo o que restava de uma pequena habitação, havendo, por outro lado, investigadores que crêem que tenha funcionado como farol na Idade do Ferro e no Período Romano.³⁹ Mais olhares são necessários sobre este assunto. A estrutura pétreia exígua e as telhas do Período Romano e do Período Islâmico ali detectadas sugerem que se estava perante um pequeno edifício que deverá ter funcionado como casa-abrigo, decerto com funções ligadas à navegação, podendo ter funcionado como vigia e local de sinalização do porto do Touro aos navegantes, espaço que também poderá ter sido usado para desvio, descaminho e contrabando de mercadorias desde tempos recuados. Ainda que subsistam diversas dúvidas sobre a sua funcionalidade, o Espigão das Ruívas, à semelhança do Alto da Vigia e do porto de Cascais, é um dos locais do litoral de Sintra-Cascais em que a arqueologia comprovou uma ocupação humana em longa duração, abarcando diferentes períodos históricos, dando sentido a uma contínua

³⁷ Cf. Manuel A. P. LOURENÇO: “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, 43 (1953), p. 10.

³⁸ Guilherme CARDOSO, Jorge MIRANDA e Carlos A. TEIXEIRA: *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos*, Alcabideche, Junta de Freguesia de Alcabideche, 2009, p. 35.

³⁹ Sobre as problemáticas em torno deste assunto, cf. Marco Oliveira BORGES: “A importância do porto do Touro...”, pp. 167-173, 175 e 182.

utilização de sítios e até de reutilização e readaptação de estruturas que temos realçado em outros estudos sobre este complexo geográfico.

Entre o Espigão das Ruivas e a faixa costeira que vai até à entrada da barra do Tejo, ou ainda mais para Oriente⁴⁰, terão existido diversos postos defensivos e de apoio à navegação, bem como outros tipos de estruturas e de presença humana, sendo que alguns topónimos indicam uma ligação ao passado islâmico. Imediatamente a Norte do cabo Raso surge o topónimo Ponta da Moura e, um pouco mais para Norte, Costa da Arribana. Adalberto Alves liga o topónimo Arribana ao árabe *ar-riba na*, «as nossas casas», telheiro para arrumação de alfaias agrícolas ou recinto para pernoita de gado.⁴¹ Por outro lado, sem qualquer relação com a presença muçulmana, também foi sugerido que o étimo Arribana possa estar ligado a aspectos de navegação.⁴²

Na costa da Guia, sítio usado como ancoradouro desde a Antiguidade⁴³, foi edificado um farol junto da ermida quinhentista com invocação a Nossa Senhora da Guia, alegadamente em 1537⁴⁴, tendo sido reconstruído posteriormente ao terramoto de 1755 e existindo ainda na actualidade. Em 1554, Damião de Góis dava conta da importância nocturna daquele lugar aludindo ao acendimento de fachos para apoiar os mareantes.⁴⁵ É possível que neste local já existisse alguma estrutura muito anteriormente a estas datas quinhentistas, tendo o mesmo sido usado em larga diacronia e também com as funções de vigilância para alertar sobre a vinda de navios inimigos. Aliás, muito próximo do referido farol, ligeiramente a Sudeste, a cartografia indica o topónimo Alpendrada (ou Ponta da Alpendurada), estando associado a significados como «grande alpendre com colunas» e «casa térrea»⁴⁶, tendo surgido possivelmente da designação de um edifício do Período Islâmico que ali terá existido. O topónimo surge grafado junto à extremidade rochosa de uma pequena enseada onde foram detectados dois canhões da Idade Moderna. É muito provável que este local tenha sido usado para se estabelecer algum tipo de

⁴⁰ Cf. Íd.: “A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o período islâmico. I – A área a ocidente da cidade de Lisboa”, em Catarina TENTE, João Luís FONTES, Luís Filipe OLIVEIRA, Mário FARELO e Miguel MARTINS (coords.), *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes. Textos seleccionados do III Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval” (Lisboa, FCSH-NOVA, 20-22 de Novembro de 2013)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (no prelo).

⁴¹ Adalberto ALVES: “Arribana”, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 239.

⁴² Jorge FREIRE: *À vista da costa...*, p. 105.

⁴³ Jorge FREIRE, Miguel LACERDA, José António GONÇALVES, João Pedro CARDOSO e António FIALHO: “A navegação romana no litoral de Cascais. Uma leitura a partir dos novos achados ao largo da Guia”, *Al-Madan*, ll: 19, I (2014), pp. 36-41.

⁴⁴ Frederico CRUZ: “Pequena história dos faróis portugueses”, *Boletim da Pesca*, 18 (1948), p. 66.

⁴⁵ «A pequena distância, no extremo da abertura do estuário de Lisboa, vê-se sobre cachopos uma ermida dedica à Nossa Senhora da Guia: ali acendem à noite uns fachos para indicar o trajecto aos navegantes nocturnos, evitando assim que estes, não conhecendo bem aqueles sítios, se vejam arrastados a arremessar as naus contra os baixios e rochedos vizinhos” (Damião de GÓIS: *Descrição da Cidade de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 41).

⁴⁶ Adalberto ALVES: “Alpendorada” e “Alpendrada”, *Dicionário de Arabismos...*, p. 193.

contacto naval com terra, algo que deverá ter ocorrido em longa duração. A área terrestre desta enseada⁴⁷ apresenta estruturas pétreas que precisam de ser averiguadas e contextualizadas.

Não muito longe da costa da Guia, um pouco mais para o interior, existe a localidade denominada Torre, topónimo que A. H. de Oliveira Marques indicou já vir atestado em finais da Idade Média⁴⁸ e que estará associado à existência de uma antiga atalaia.⁴⁹ Daqui era possível observar o mar e dar o sinal de alarme para o interior do território, ao mesmo tempo que se podia comunicar com outros postos de vigia, incluindo da serra de Sintra. Porém, não se sabe a que época remonta a utilização daquele espaço para vigilância do território.

Com vista privilegiada para a costa da Guia, para o farol local e mar envolvente, encontra-se o sítio conhecido por Boca do Inferno, antiga gruta que, como já foi referido, terá vindo referida nas descrições dos autores muçulmanos. Muito embora nada seja dito quanto à existência de edificações ou à importância deste local para a navegação, sabemos que se insere numa área usada desde a Antiguidade.

Num cabeço acima da Boca do Inferno, dominando largamente a vista oceânica, sobretudo para Sul, permitindo ainda vislumbrar a serra da Arrábida, o cabo Espichel mas também a entrada da barra do Tejo, encontra-se edificada a Vigia do Facho (fig. 3). Esta foi a única torre de vigia, entre as três que se sabe terem existido na costa ocidental de Cascais até ao cabo da Roca, que subsistiu até aos nossos dias.⁵⁰ De planta quadrangular, com um único compartimento, abobadado, que serviria para alojamento e armazém, esta torre encontra-se bem preservada, situação para a qual contribuíram reconstruções que se deram ao longo do tempo.⁵¹ O facto de estar dentro de uma propriedade privada, estando assim protegida de acções antrópicas e de actos de vandalismo, também ajudou a preservar a edificação. Refira-se, ainda, que a mesma está dotada de uma escada exterior, em pedra, que permite o acesso a um pequeno terraço lajeado de onde o vigia de serviço observava o horizonte.⁵² Na parede do lado poente foi colocado um suporte para o sino de alarme, permitindo alertar as proximidades assim que se avistassem navios inimigos ou suspeitos.

Não é possível determinar a época de fundação da Vigia do Facho, sendo que o primeiro registo documental que atesta a sua existência data de 1805, ano em que tinha ao seu serviço

⁴⁷ Outra enseada das proximidades, a da Maceira, deverá sido uma pequena praia em tempos recuados, mas hoje em dia encontra-se praticamente toda coberta por blocos de pedra que foram caindo da falésia e agrupados pelo mar.

⁴⁸ A. H. de Oliveira MARQUES: “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – II”, *Novos Ensaios...*, p. 139.

⁴⁹ Carlos CALLIXTO: *Fortificações da praça de Cascais a Ocidente da vila*, Lisboa, 1980, pp. 154-155.

⁵⁰ As outras duas estavam, uma junto ao cabo da Roca, a outra na elevação dos Oitavos (cf. Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS: “As fortificações marítimas a Ocidente de Cascais”, em Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA, Maria de Fátima Rombouts de BARROS e Margarida de Magalhães RAMALHO, *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, Lisboa, Quetzal, 2001, p. 162).

⁵¹ Carlos CALLIXTO: op. cit., p. 154.

⁵² *Ibidem*; Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS: op. cit., p. 162.

um cabo e um soldado.⁵³ No entanto, não é de excluir a hipótese de ter existido nesse mesmo local, ou nas imediações, uma outra construção mais antiga e da qual não subsistiram vestígios.⁵⁴ Pela posição estratégica do sítio, não é nada de admirar que a estrutura primitiva remontasse a épocas muito mais recuadas, tendo sofrido recuperações ao longo do tempo, à semelhança do que aconteceu em diversos casos da costa algarvia em que se ocuparam locais estratégicos e em que edificações foram sendo reutilizadas e readaptadas em larga diacronia.⁵⁵ À falta de documentos, somente futuros trabalhos arqueológicos em redor da Vigia do Facho poderiam ajudar a determinar a possível época da sua construção.



Fig. 3 – Vigia do Facho (foto: Marco Oliveira Borges).

Junto à Boca do Inferno é de assinalar igualmente o topónimo Torrelhão. Não se sabe se a sua origem estará associada à geomorfologia local, tendo sido avançado que a parte rochosa em que se encontra se assemelha à forma de uma torre⁵⁶, ou a uma antiga estrutura que poderá ter existido nas proximidades.

Penetrando no interior do concelho de Cascais, refira-se que existem topónimos que se podem ligar com a vida militar. É o caso de Alcoitão, indicado como tendo derivado de *al-qayatun*, «a tenda».⁵⁷ António Rei refere que este termo terá a mesma origem que Alqueidão,

⁵³ Carlos CALLIXTO: op. cit., p. 154; Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS: op. cit., p. 162.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Cf. Helena CATARINO: “Fortificações do Período Islâmico e a defesa marítima e fluvial no Algarve Oriental”, em Maria Graça A. Mateus VENTURA (coord.), *O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 119-141.

⁵⁶ Jorge FREIRE: *À vista da costa...*, p. 109.

⁵⁷ Adalberto ALVES: “Alcoitão”, *Dicionário de Arabismos...*, p. 131.

razão pela qual colocou a hipótese de ali ter existido outrora um acampamento militar.⁵⁸ Nas proximidades já existia a via terrestre que seguia de Sintra para Cascais, com passagem por Alcabideche⁵⁹, fazendo a ligação entre o interior do território e o porto cascalense. De Cascais partia outra via para Lisboa, tal como acontecia a partir de Sintra, remontando ao Período Romano.

Igualmente no interior do território cascalense, mas já na fronteira com Oeiras, é de referir o topónimo Talaíde, possivelmente relacionado com a existência de uma antiga torre de vigilância com a função de observar o redor e assinalar a presença inimiga.⁶⁰

Um outro local que terá tido importância no que respeita às lides de vigia do território é o Outeiro da Vela, morro situado nas Fontainhas, perto de Alvide, devendo ter sido um dos pontos mais importantes de observação costeira do actual concelho de Cascais. Com vasta e magnífica visão para Norte, dominando todo o território envolvente e a paisagem da serra de Sintra, bem como para Sul, com o porto de Cascais, a entrada da barra do Tejo, o mar envolvente e o cabo Espichel, decerto que este sítio terá sido usado para dar o alerta perante a chegada de navios inimigos e estabelecer comunicação com diversos postos de vigia a curta e longa distância. Aliás, o próprio topónimo Outeiro da Vela está associado a actividades de vigilância, sendo referido como um local onde se «velava» pela segurança dos moradores de Cascais e do seu termo.⁶¹

Muito embora as observações que se sabem ter feito neste local não tenham permitido detectar quaisquer vestígios arqueológicos, até porque o mesmo foi parcialmente urbanizado⁶² e, noutras partes do solo, sofreu diversas transformações de ordem antrópica, fica a hipótese de que, no âmbito de outros locais estratégicos deste litoral usados em longa duração, o Outeiro da Vela já tivesse relativa importância anteriormente ao Período Islâmico, servindo como atalaia.

Junto à linha costeira surgem outros topónimos que podem estar associados ao passado islâmico e a um contexto defensivo, até mesmo Cascais. Entre as teorias existentes sobre a origem deste topónimo, aquela que reunia maior consenso diz que o mesmo virá do plural de *casca*, estando relacionado com a possível abundância de amontoados de cascas ou de conchas de moluscos marinhos. Esta é uma teoria que acabou por ficar associada a um contexto português em que o topónimo Cascais teria derivado, por simplificação, de uma hipotética aldeia dos Cas-

⁵⁸ António REI: "Ocupação humana no alfoz de Lisboa...", p. 36.

⁵⁹ A. H. de Oliveira MARQUES e João José Alves DIAS: *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 45.

⁶⁰ A. H. de Oliveira MARQUES: "O «Portugal» islâmico", em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 196.

⁶¹ J. Diogo CORREIA: *Toponímia do concelho de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 45.

⁶² Quando Guilherme Cardoso visitou o local, no âmbito do seu trabalho de prospecção arqueológica levado a cabo no concelho de Cascais desde inícios da década de 1970, a urbanização que já se fazia sentir e o remeximento do solo não permitiram a detecção de vestígios arqueológicos. Agradecemos a informação partilhada pelo arqueólogo. Para o conhecimento completo dos trabalhos desenvolvidos até 1991, cf. Guilherme CARDOSO: *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*.

cais.⁶³ No entanto, mais recentemente, tem-se associado ao topónimo Cascais o nome do navegador muçulmano Khashkhash (século IX).⁶⁴

Ao que tudo indica, parece ter sido Oliveira Marques quem primeiramente estabeleceu uma possível relação entre Cascais e Khashkhash⁶⁵, ainda que numa simples nota de rodapé e sem aduzir qualquer tipo de explicação.⁶⁶ Posteriormente, outros autores viriam a debruçar-se sobre a mesma questão embora sem terem conhecimento da interrogação levantada por aquele investigador. Se nalguns casos a associação entre Khashkhash e Cascais tem pecado por ser feita sem qualquer ligação histórica ou filológica explicativa que possa elucidar os leitores, noutras é feita através da proximidade fonética entre o topónimo e o nome do almirante – por meio da transliteração Kaxkax –, sem o apoio nas fontes muçulmanas e sem o conhecimento das problemáticas historiográficas que giram em torno desta figura, divulgando-se dados que resultam de uma imprecisão que coloca Khashkhash fora da sua época histórica mais de 250 anos depois, que o destaca infundadamente como um corsário responsável por manter a ordem num vasto sector marítimo a Norte de Lisboa, entre outros equívocos.⁶⁷

Em todo o caso, e se do ponto de vista histórico acredita-se que possa ter existido um contacto entre Khashkhash e Cascais, possivelmente no âmbito das lides da defesa costeira do al-Ándalus, pelo que seria possível que o porto desta vila tivesse ganho nome através do contacto com o almirante⁶⁸, do ponto de vista linguístico também é possível ligar os dois étimos: através da mediação do étimo *casca* e de uma ligação à Catalunha. Já vimos que a teoria «oficial» diz que Cascais é um topónimo que virá do plural de *casca*. Contudo, mantendo à mesma

⁶³ «A tese mais verosímil aponta para a provável palavra portuguesa *casca* – à semelhança de areal, faial, funchal – identificadora de um terreno ou uma praia coberta de cascas ou conchas de mariscos. Haveria nesta zona alguns *cascais* e o topónimo primitivo seria porventura a *aldeia dos cascais* ou a *dos cascais*, de onde derivou, por simplificação, Cascais. Seria assim? Só a documentação nos poderá um dia responder» (cf. A. H. de Oliveira MARQUES: “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”, pp. 111-112).

⁶⁴ Sobre as problemáticas em torno deste assunto, cf. Marco Oliveira BORGES: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, em Ana CUNHA, Olímpia PINTO e Raquel de Oliveira MARTINS (coords.), *Paisagens e Poderes no Medieval Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Universidade do Minho, 2014, pp. 430-435; Íd. e Helena Condeço de CASTRO: “O navegador muçulmano Khashkhash e a possível ligação com o topónimo Cascais: problemas e possibilidades”, *Arquivo de Cascais*, 14 (2015), pp. 6-29.

⁶⁵ Khashkhash, Kaxkax, Hashas, Jashjash, Chaschchasch, etc., conforme as transliterações do árabe para diferentes línguas. Adoptámos a transliteração Khashkhash por transcrever de forma (quase) inequívoca os sons da língua árabe. Por limitações tipográficas não temos usado letras com diacríticos.

⁶⁶ «Haverá alguma relação entre Cascais e este Hashas?» (cf. A. H. de Oliveira MARQUES: “O «Portugal» islâmico”, p. 245, n. 6).

⁶⁷ Cf. a bibliografia citada e a análise do assunto feita por Marco Oliveira BORGES e Helena Condeço de CASTRO: op. cit., pp. 7-11.

⁶⁸ Para além de nomes comuns, também a topo-antroponímia de origem árabe não é uma raridade no território português, estando desde há muito estabelecidos étimos com essa origem, como é o caso de Marvão, aparecendo atestado pelo menos em sete localidades distintas (cf. Pedro Cunha SERRA: *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967, pp. 51-52).

o elemento *cascal*, é possível pensar noutras hipóteses. Em árabe, *khashkhash* é a palavra sinónima do português «papoila-dormideira», enquanto que no léxico do catalão existe a palavra árabe *cascall*, significando precisamente «papoila-dormideira». ⁶⁹

É possível que, à semelhança do que aconteceu em séculos posteriores, o local que viria a ter o nome Cascais tenha tido alguma importância no apoio às armadas de defesa costeira já durante o Período Islâmico e que Khashkhash tenha tido um contacto permanente com aquele porto. ⁷⁰

Com o decorrer das investigações, e da exequível ligação entre Khashkhash e Cascais, surgiu outra hipótese para a possível origem do étimo que dá nome a esta vila. Para além de *cascall* figurar no léxico do catalão, é conhecida a existência de uma vila partilhando o mesmo nome, na Catalunha, anteriormente a 1097, a qual possuía uma *rábita* ⁷¹, conhecida na documentação cristã por «ràpita del Cascall». Quando pensados em analogia com Cascais, estes dados levam-nos a pensar que a origem deste topónimo poderá mesmo estar associada ao contexto de defesa costeira do al-Ândalus e à deslocação (voluntária ou em serviço do poder central) de forças militares dessa área para a *kura* de Lisboa, acabando, de alguma forma, aquele porto por ganhar um nome que já existia do lado oriental do al-Ândalus (Sharq al-Ândalus). Esta é uma hipótese que deve ser vista em paralelo com outras localidades cujo nome está associado à vinda de grupos humanos, clãs ou tribos de outras áreas do al-Ândalus e do Norte de África. A título de exemplo, refira-se Alcorvim ⁷² (Malveira da Serra, Cascais), topónimo que tem sido relacionado com Cairuão, capital de Ifríquia, no Magreb Oriental.

Para reforçar esta hipótese de uma possível deslocação humana, note-se que na documentação catalã, associada às formas *Kashtali*, *Kashki*, *Kashkallu*, *Kashkali* (árabes) ⁷³ e *Cascall* (cristã), existem as variantes toponímicas *Cascal*, *Cascallo*, *Cascayo*, *Caschais*, *Cascai*, *Cascait* e *Cascayll*. Parece-nos demasiado evidente que o topónimo Cascais, na sua forma primitiva e podendo derivar do contexto árabe catalão descrito (ainda que a raiz daquela vila catalã e o topónimo pudessem ser anteriores à ocupação muçulmana do local) ⁷⁴, tivesse, posteriormente,

⁶⁹ Marco Oliveira BORGES e Helena Condeço de CASTRO: op. cit., pp. 18-19.

⁷⁰ Cf. a problematização desenvolvida por *Ibidem*, pp. 14-17.

⁷¹ O geógrafo al-Idrisi menciona uma «rabit de Kashtali» situada a Sul de Tortosa, descrevendo-a como «formosa, forta i inexpugnable vora la mar i compta amb una guarnicio (*qawm*) brava» (cf. Dolors BRAMON: “La Rapita del Cascall al delta de l’Ebre”, *La Rábita en el Islam...*, p. 120).

⁷² Derivação de Alquerubim, sendo que, por vezes, também surge grafado como Alcorobim. Alquerubim pode derivar do árabe *al-qarawiyin*, significando «os de Qayrawan», Cairuão, cidade situada na actual Tunísia. A sua importância religiosa assume tal importância que é vista como a «Meca do Ocidente» (cf. José Pedro MACHADO: *Sintra muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia arábica*, Lisboa, Na Imprensa Mediniana, 1940, p. 8; J. Diogo CORREIA: op. cit., pp. 15-16; Pedro Cunha SERRA: op. cit., pp. 21-22; José Pedro MACHADO: “Alquerubim”, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 111; António REI: “Ocupação humana no alfoz de Lisboa...”, pp. 31-32, n. 35). Adalberto Alves faz derivar o topónimo Cairuão de *qayrawân*, significando «campo da guarnição [militar]» (cf. Adalberto ALVES: “Cairuão”, *Dicionário de Arabismos...*, p. 349).

⁷³ Dolors BRAMON: *El Mundo en el Siglo XII. Estudio de la versión castellana y del “Original” Árabe de una geografía universal: “El tratado de al-Zuhri”*, Barcelona, Editorial AUSA, s.a., p. 158, n. 780.

⁷⁴ Marco Oliveira BORGES e Helena Condeço de CASTRO: op. cit., pp. 27 e 29.

seguido semelhantes formas das que surgem atestadas na documentação cristã catalã até chegar à actual. Assim, importa frisar que tanto a primeira forma conhecida do topónimo (*Cascays*), bem como a forma actual (Cascais), seguem sem qualquer dúvida a orientação das variantes catalãs.



Fig. 4 – Mapa do al-Ândalus e parte do Norte de África, c. 868 (simplificado).

A ligação de Cascais ao passado islâmico não se fica pela possível origem árabe deste topónimo nem por outros localizados mais para o interior. Situado a cinco léguas de Lisboa, último porto marítimo antes da entrada na barra do Tejo e que face a uma série de condicionantes geográficas que limitavam a navegação destinada àquela cidade e que o tornavam num local único de escala e apoio ao movimento marítimo⁷⁵, acrescentando ainda o facto de que já no Período Romano tivera a sua importância⁷⁶, é muito provável que o porto de Cascais já tivesse uma função militar durante a ocupação islâmica.

Ainda que os testemunhos arqueológicos do Período Islâmico obtidos até ao momento no centro histórico cascalense sejam poucos, situação que levou a ser dito que o local apenas

⁷⁵ Sobre este assunto e as condicionantes geográficas que faziam de Cascais um porto fulcral no apoio a toda a navegação com destino a Lisboa, cf. Marco Oliveira BORGES: *O porto de Cascais...*, pp. 61-81 e *passim*; Íd.: “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147)...”, pp. 126-129; Íd.: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, p. 425. Para uma visão renovada do espaço portuário, cf. Íd.: “Caracterização e funcionalidade de um porto atlântico em finais da Idade Média: o exemplo de Cascais”, em *Actas das Jornadas Internacionais de Idade Média – O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval* (no prelo).

⁷⁶ Vide supra, n. 14.

havia sido ocupado de forma esporádica por pescadores e comerciantes que se abrigavam das intempéries, não é de crer que assim tenha sido.⁷⁷

O primeiro testemunho documental da existência de uma edificação junto ao povoado marítimo de Cascais remonta a 8 de Abril de 1370, sendo a carta de doação do castelo e lugar de Cascais a Gomes Lourenço do Avelar.⁷⁸ Porém, em 1758 o P.^e Manuel Marçal da Silveira referiu que a vila estava «sem Relógio, porque este, e sua grande Torre feita pelos Mouros, [...] sefes em cinzas» após o terramoto de 1 de Novembro de 1755.⁷⁹ Fr. António do Espírito Santo também havia aludido à destruição desta estrutura: «cahio a torre com o seu mais especioso relógio nas sonoras vozes do seu sino, que fica olhando para o Norte, e matando 22 pessoas».⁸⁰

A partir destes testemunhos pode-se, desde logo, reter que a torre, sendo descrita de forma individualizada, é destacada pela sua grande dimensão, por conter o relógio da vila e por estar voltada a Norte. O facto de Cascais ter então um amuralhamento com várias torres remete automaticamente para a ideia de que a torre moura fosse uma das torres dessa estrutura. Foi neste sentido que Carlos Callixto afirmou que a dita torre moura fazia parte do castelo de Cascais⁸¹, ou seja, do recinto amuralhado que surge representado na gravura de Georg Braun e de Frans Hogenberg (fig. 5) publicada em 1572⁸², bem como nas plantas da vila de Cascais de finais do século XVI, se bem que o investigador não tenha arriscado uma localização exacta. Apenas dez anos depois, por intermédio de Guilherme Cardoso e João Pedro Cabral, foi teorizada a sua localização precisa, dizendo-se que estava a nascente da torre-porta e que era de configuração circular⁸³, conforme surge representada em finais do século XVI.

Em 1953, Manuel A. P. Lourenço referia que «se alguns monumentos importantes deixaram os mouros em Cascais, não os respeitou o tempo», aludindo aos terramotos para o aceleração da sua ruína.⁸⁴ Quanto à alegada torre moura, o investigador local fazia notar que até poderia ser anterior ao Período Islâmico visto que o povo, sem saber exactamente a que épocas pertencem determinadas estruturas e vestígios, sejam romanos, mais antigos ou não, acaba por remeter quase sempre as obras como tendo sido «executadas pelos árabes, por ser

⁷⁷ Cf. a problematização desenvolvida por Marco Oliveira BORGES: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, pp. 425-428.

⁷⁸ ANTT: *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 56.

⁷⁹ Pub. por Ferreira de ANDRADE: *Cascais – Vila da Corte. Oito Séculos de História*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. XX (doc. 2).

⁸⁰ Íd.: *A Vila de Cascais e o Terremoto de 1755*, 2.^a ed, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 12.

⁸¹ Carlos CALLIXTO: “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, *Revista Militar*, 5 (1978), p. 326.

⁸² Embora o seu arquétipo possa remontar a finais do século XV ou a inícios do seguinte (cf. João J. Alves DIAS: “Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI – aspectos demográficos”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 6 (1987), p. 67; Íd.: “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 120).

⁸³ Guilherme CARDOSO e João Pedro CABRAL: “Apontamentos sobre os vestígios do antigo castelo de Cascais”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 7 (1988), pp. 86-87.

⁸⁴ Manuel A. P. LOURENÇO: “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, 43 (1953), p. 10.

destes que as notícias são mais vivas e recentes».⁸⁵ Porém, a verdade é que a suposta antiguidade e origem islâmica da torre não foi tida em conta nas décadas seguintes, isto porque se usou de forma inversa o argumento atrás invocado por Manuel A. P. Lourenço. Ou seja, desvalorizou-se a hipótese da antiguidade da torre e de esta poder remontar ao Período Islâmico porque «o povo diz que todas as construções antigas são do tempo dos mouros».⁸⁶

De facto, no imaginário popular, tudo o que é imemorial é remetido para o tempo dos mouros, tempo esse que, na verdade, não passa de um arquétipo da memória colectiva em que se centram neles todos os feitos das etnias primitivas.⁸⁷ E isso está associado ao facto de que, cronologicamente, as invasões muçulmanas foram as últimas de um tempo «relativamente recente» que assolaram este território de forma duradoura.⁸⁸

Seja como for, a década de 1990 iria trazer novidades que fizeram repensar a antiguidade da dita torre, até para uma época anterior à islâmica. Em 1996, resultado dos trabalhos arqueológicos iniciados quatro anos antes junto à torre-porta da muralha de Cascais – a poucos metros do sítio onde existiu essa torre de suposta origem islâmica – e que vieram a revelar a existência das cetárias romanas, foi publicado um outro estudo onde foi colocada a hipótese da torre moura poder ser de origem romana.⁸⁹ A ter sido uma torre de origem romana ou islâmica que subsistiu até 1755, algo que só seria possível confirmar ou desmentir mediante escavações arqueológicas, não podemos deixar de pensar em evidentes transformações que terá sofrido ao longo do período medieval e até exequíveis danos verificados com os sismos ocorridos na primeira metade do século XVI (1504-1505, 1512, 1528 e 1531), os quais terão provocado estragos na torre que D. João II mandou construir na ponta Sul de Cascais e no próprio recinto amuralhado da vila.⁹⁰ Aliás, pensa-se que essa suposta torre moura surge numa planta de Cascais datada de 22 de Janeiro de 1594 (de autoria desconhecida)⁹¹, sendo representada com uma cúpula semelhante à usada nos faróis.⁹² Portanto, diferente daquilo que teria sido inicialmente.

Quanto ao castelo de Cascais, qual a data da sua construção? Para Manuel A. P. Lourenço, apresentando duas imprecisões cronológicas, a época de construção do castelo deveria situar-se algures após a tomada de Lisboa aos mouros e 1373. Com maior

⁸⁵ *Ibidem*, p. 10.

⁸⁶ Cf. Carlos CALLIXTO: *op. cit.*, p. 326; seguido por Guilherme CARDOSO e João Pedro CABRAL: *op. cit.*, p. 86.

⁸⁷ Relativamente ao imaginário popular sobre os mouros, cf. Alexandre PARAFITA: “Mouros históricos e mouros míticos: dualidades e complementariedades”, em *Actas das V xornadas de literatura de tradición oral. Os mouros e as mours: máxicos enigmáticos da mitología popular*, Asociación de Escritoras e Escritores en Lingua Galega, 2012, pp. 41-50.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 49.

⁸⁹ João Pedro CABRAL e Guilherme CARDOSO: “Escavações arqueológicas...”, p. 133.

⁹⁰ Cf. Marco Oliveira BORGES: *O porto de Cascais...*, pp. 186 (n. 695) e 193-194; *Íd.*: “A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo”, *História. Revista da FLUP*, IV: 5 (2015), pp. 106-108.

⁹¹ Margarida de Magalhães RAMALHO: “As fortificações marítimas do porto e da nobre vila de Cascais”, em *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, p. 41.

⁹² Cf. João Pedro CABRAL e Guilherme CARDOSO: *op. cit.*, p. 133.

probabilidade, o investigador admitia que a construção deveria ter ocorrido entre 1189 e inícios do século XIII.⁹³ Carlos Callixto, interrogando-se se a estrutura havia sido construída entre a data da elevação de Cascais a vila (1364) e a criação do seu senhorio (1370), vincou que seria muito improvável que pudesse remontar ao Período Islâmico. Referindo, ainda, ser pouco provável que pudesse ser uma obra do reinado de D. Fernando e que deveria recuar até uma época anterior ao emprego da artilharia, o investigador deixou em aberto a possibilidade de o castelo poder remontar ao reinado de D. Afonso IV ou até mesmo ao de D. Dinis. Callixto lembrou que durante estes reinados várias fortificações foram edificadas ou restauradas.⁹⁴ Por sua vez, Guilherme Cardoso e João Pedro Cabral referiram «que ao momento da conquista de Lisboa e Sintra não existiria qualquer fortificação em Cascais, pois não se conhecem referências».⁹⁵ Na senda da interrogação colocada por Carlos Callixto, os investigadores admitiram que a construção do castelo se tenha verificado num período entre 1364, data da elevação de Cascais a vila, e 1370, data da primeira doação do lugar e castelo de Cascais, ficando assim o tempo de construção circunscrito a seis anos. Mais recentemente, José d'Encarnação referiu terem sido razões de ordem militar e estratégica «que, desde os primórdios da nacionalidade portuguesa, deram importância ao castelo de Cascais», principalmente como sentinela da barra do rio Tejo. Era este o primeiro reduto a atacar por quem quisesse apoderar-se da cidade de Lisboa.⁹⁶

No entanto, o que era o castelo de Cascais? Qual a sua configuração primitiva? Está, ainda, por esclarecer o que era realmente o castelo de Cascais: toda a cinta de muralha que vemos na gravura de 1572 (fig. 5) e nas plantas de Cascais de finais do século XVI, ou apenas um dos edifícios adossados a essa estrutura? Se a historiografia não é consensual quanto ao que era o castelo⁹⁷, se a documentação existente não revela respostas às questões que surgem e, muito menos, a época da construção do amuralhamento de Cascais, a verdade é que a arqueologia também ainda não trouxe respostas esclarecedoras. Mesmo após as escavações arqueológicas junto à torre que subsistiu até aos nossos dias, e que vieram a comprovar que a mesma «é a primitiva torre-porta [...], tendo-se observado que a mesma sofreu diversas alterações»⁹⁸, não

⁹³ Cf. Manuel LOURENÇO: “História de Cascais e do seu Concelho”, *Jornal da Costa do Sol*, 262 (1969), p. 19. O ano de 1189 é a altura em que o investigador pensava que tinha sido feita uma suposta confirmação de um primeiro foral outorgado por D. Afonso Henriques a Cascais, o qual não foi outorgado àquela aldeia mas sim a Sintra (1154). Sobre a problemática do foral de Cascais, cf. Marco Oliveira BORGES: *O porto de Cascais...*, pp. 84-85, n. 268; Íd.: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, p. 422, n. 79.

⁹⁴ Carlos CALLIXTO: *op. cit.*, pp. 326-327.

⁹⁵ Guilherme CARDOSO e João Pedro CABRAL: “Apontamentos sobre os vestígios...”, p. 77.

⁹⁶ José D'ENCARNAÇÃO: *Cascais, paisagem com pessoas dentro*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 2011, p. 15.

⁹⁷ Cf. Marco Oliveira BORGES: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, pp. 420-423.

⁹⁸ «A primeira alteração desta torre tem a ver com a necessidade de actualizar a função de fortaleza do castelo medieval com as táticas de guerra dos períodos seguintes à sua fundação, onde as armas de fogo passam a ter maior predominância. Assim, foram colocadas diversas troneiras em duas das faces

foi possível obter datações. A torre e o pano de muralhas observados assentam directamente sobre vestígios do Período Romano, por necessidade dos construtores irem até uma camada fixa para assentarem os alicerces, sendo que «o tipo de aparelho empregado nos parâmetros externos não é conclusivo quanto à época da sua construção».⁹⁹

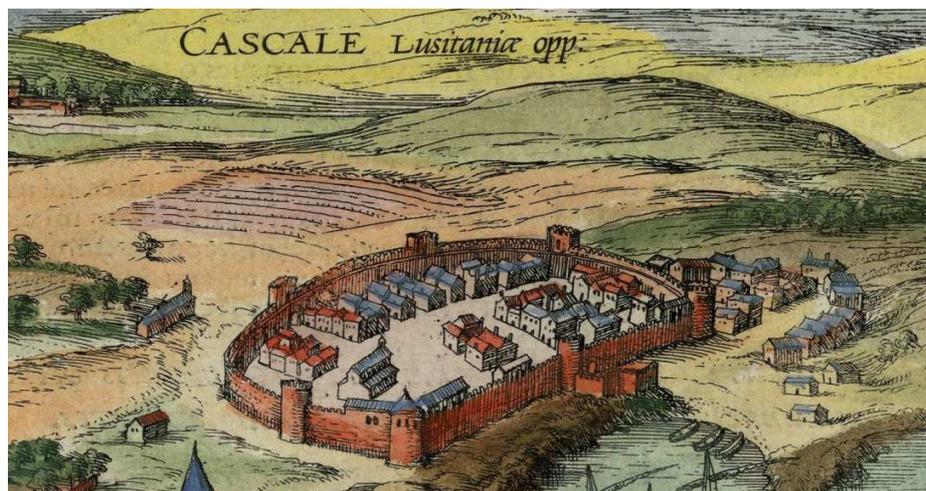


Fig. 5 – Recinto amuralhado de Cascais. Georg Braun e Frans Hogenberg, *Civitas Orbis Terrarum*, I, 1572 (© ICGC).

Apesar das várias dúvidas, e face às questões de ordem geo-estratégica que temos vindo a abordar, custa a crer que a utilização do porto de Cascais tivesse passado despercebida ao poder islâmico e que ali não tivesse sido edificada uma estrutura defensiva. Não queremos com isto dizer que já existiria o castelo ou amuralhamento, pelo menos tal como surge na gravura de 1572 ou nas plantas de finais do século XVI, mas talvez uma estrutura de menores dimensões e que, posteriormente, pudesse até ter sido alvo de ampliações ou modificações, isto no âmbito da hipótese referida por Margarida de Magalhães Ramalho.¹⁰⁰ Neste cenário, não podemos deixar de pensar na possível existência de uma edificação muçulmana, talvez um *ribat*¹⁰¹ ou outra estrutura com essa função militar e religiosa¹⁰² que pudesse albergar forças que fizessem frente à chegada de inimigos e que impedissem a utilização daquele espaço. Não ter aquele porto protegido, bem como a área de ancoradouro e desembarque que se estende para nascente, era dar a oportunidade de forças inimigas aportarem, desembarcarem, fazerem a aguada,

externas do cubelo, com o objectivo de defender a porta e impedir o acesso ao pano de muralha entre torres» (João Pedro CABRAL e Guilherme CARDOSO: *op. cit.*, p. 134).

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ Margarida de Magalhães RAMALHO: “A defesa de Cascais”, *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação*, 31 (2011), p. 35.

¹⁰¹ Marco Oliveira BORGES: *O porto de Cascais...*, p. 184; *Íd.*: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, p. 424; *Íd.* e Helena Condeço de CASTRO: *op. cit.*, pp. 24-25.

¹⁰² Vide supra, n. 4.

procurarem alimentos, descansarem e até de prepararem ataques a Lisboa ou às cidades a Sul. Os conflitos de 1383-1385 que envolveram Portugal e Castela, bem como a invasão liderada pelo duque de Alba em 1580 e os diversos actos de corso e pirataria documentados a partir do século XV, são exemplares no que respeita à importância estratégica de Cascais enquanto porta de entrada de forças inimigas vindas por mar.

Em todo o caso, não é apenas a vertente militar que nos leva a crer que a área terrestre próxima do porto de Cascais já estivesse povoada durante o Período Islâmico, sendo necessário acrescentar os navios que por aqui circulariam e que estariam envolvidos em diferentes actividades económicas. Para além de embarcações de pescadores locais, existiriam navios de transporte associados ao escoamento das mercadorias vindas do interior do território, quer do *umland* como do *hinterland*.¹⁰³ À semelhança do que acontecia no século XIV, é provável que Cascais já escoasse mercadorias de Sintra durante o Período Islâmico¹⁰⁴ ou até mesmo antes.¹⁰⁵ Deste modo, teriam de existir estruturas de apoio à navegação e às actividades económicas, tendo estas de deter alguma protecção. A possível existência de um *ribat* na área portuária de Cascais, não esquecendo que esta é uma estrutura igualmente associada ao comércio marítimo, sendo relacionável com um movimento de assentamento e de fundações costeiras ocorridos no Sharq al-Ândalus ainda durante o século IX¹⁰⁶, poderia aglutinar a esfera militar às esferas religiosas e comerciais, algo que também deverá ter ocorrido no Alto da Vigia. Ademais, e à semelhança do que acontecia em diversos locais do Sharq, é possível que Cascais e outros sítios costeiros próximos tenham chegado a ser usados como apoio a investidas de pirataria e de corso muçulmano.

Um pouco mais para nascente, mas ainda nas imediações do foco portuário cascalense e naquela que hoje em dia é conhecida como praia da Rainha, figurou até muito recentemente o topónimo Boca do Asno, que já vinha referido numa representação da costa de Cascais atribuída a finais do século XVI. Oliveira Marques estabeleceu a hipótese de este topónimo, à semelhança de outros localizados em diferentes lugares do território português, poder derivar do

¹⁰³ Sobre a aplicação destes conceitos operatórios, cf. Marco Oliveira BORGES: “Hinterland” e “Umland”, em José Vicente SERRÃO, Márcia MOTTA e Susana Münch MIRANDA (dir.), *E-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*, Lisboa, CEHC-IUL, 2016, <https://edittip.net/category/hinterland/>, <https://edittip.net/category/umland/> (consultado pela última vez em 07-07-2016).

¹⁰⁴ Muito embora o esteiro de Colares, que dava acesso ao interior de Sintra, ainda devesse ser navegável no século XII, presume-se que fosse apenas durante a preia-mar, altura em que as águas oceânicas invadiam o vale, estando Cascais mais bem preparado para funcionar como porto daquela povoação. A essa situação acrescia o facto de Cascais estar numa área costeira mais segura para a navegação, mais próxima de Lisboa e do movimento marítimo que para lá se deslocava (cf. Íd.: *O porto de Cascais...*, pp. 94-95 e 208-209; Íd.: “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, pp. 425-426; Íd.: “Portos e ancoradouros...”, pp. 156 e 158).

¹⁰⁵ Íd.: “Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)”, em *Estudos em História da Antiguidade Clássica*, Coimbra (no prelo).

¹⁰⁶ R. AZUAR: “El ribât en al-Andalus...”, pp. 28-29; Íd.: “Piratería y rãbitas...”, pp. 152-156; Íd.: “O contributo da Arqueologia...”, p. 32. O autor dá primazia às questões comerciais em detrimento dos contextos militares associados a estas estruturas.

étimo arábico *hisn*¹⁰⁷, estando assim possivelmente associado a um castelo ou a outra fortificação. Contudo, não deixou de referir que o mesmo topónimo poderá estar relacionado com o étimo *asinus* (burro), de origem latina.¹⁰⁸ Por fotografias antigas nota-se que a praia da Rainha foi fortificada, pelo menos em períodos mais recentes, percebendo-se que as estruturas foram alvo de diferentes intervenções ao longo do tempo. Aliás, naquela área existiu o forte de Almesqueiro (fig. 6), sendo esta uma fortificação pouco conhecida e que parece vir indicada apenas numa carta militar de 1906.¹⁰⁹ Não se sabe a época em que este forte foi construído.



Fig. 6 – Vestígios do antigo forte de Almesqueiro [PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMBP/182].

Outro topónimo desta linha costeira que foi associado ao passado islâmico é Estoril. Recentemente, Adalberto Alves relacionou este topónimo com *ustul*, ou seja, «esquadra»¹¹⁰, um grupo de vários navios de guerra. Esta é uma interpretação que diverge de outras, sendo que uma delas vê em Estoril um topónimo ligado a uma possível antiga reserva de criação de açores existente naquele território, chamada em baixo latim *asturis* (do latim *astur*, açor). Daí teriam derivado as formas *Asturil*, *Sturile*, posteriormente, *Estoril*.¹¹¹

¹⁰⁷ E que ficou abonado «por alguma toponímia em *isna*, *asn*- e seus derivados, com correspondência castelhana nos muitos *iznal*, *áznal* e *áznar*» (A. H. de Oliveira MARQUES: “O «Portugal» islâmico”, p. 194).

¹⁰⁸ Por sua vez, Jorge Freire apresenta o topónimo como estando ligado à pesca (cf. Jorge FREIRE: *A vista da costa...*, pp. 62, 68 e 104).

¹⁰⁹ Adolpho LOUREIRO: *Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*, vol. III, pt. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 49; D. Manuel de CASTELLO BRANCO: *Embarcações e artes de pesca*, Lisboa, Lisnave, 1981, pp. 19 e 21; Cristina dos SANTOS: *Fortificações da foz do Tejo*, Dissertação de mestrado inédita, Universidade Lusíada de Lisboa, 2012, pp. 143-144.

¹¹⁰ Adalberto ALVES: “Estoril”, *Dicionário de Arabismos...*, p. 478.

¹¹¹ A. H. de Oliveira MARQUES: “Sintra e Cascais na Idade Média”, *Novos Ensaios...*, p. 146.

Seja como for, cada vez fica mais evidente que a área costeira do Estoril teve alguma importância para a navegação em épocas recuadas¹¹², até mesmo pelos materiais que a arqueologia subaquática tem vindo a identificar, sendo os mais antigos – até ao momento – canhões e âncoras da Idade Moderna.¹¹³ Muito embora o foco portuário de Cascais estivesse localizado junto à praia da Ribeira, a verdade é que a extensão oceânica e a tradição de ancoragem prolongam-se para nascente, para lá do Estoril, pelo que actividades como a pesca, o corso, a pirataria, o descaminho e o contrabando poderiam ter lugar naquela extensão marítima.¹¹⁴ Por outro lado, poderia ser a necessidade de se fazer aguada ou de desembarque que poderia levar navios àquela área, tal como ainda acontecia no século XVII com alguns corsários e piratas. Neste sentido, é perfeitamente possível que a área costeira do Estoril já tivesse alguma importância para as actividades marítimas durante o Período Islâmico.



Fig. 7 – Complexo defensivo no Baixo Vale do Tejo durante o Período Islâmico.

Conclusão

O estudo recente da militarização e da defesa costeira no distrito de Lisboa durante a ocupação islâmica tem vindo a trazer importantes novidades, sendo Cascais um dos territórios em destaque.

Efectivamente, para o seu funcionamento progressivo na vertente de alerta com a retransmissão de sinais, o sistema defensivo que ganhava forma a partir de Sintra tinha que abarcar Cascais com continuação até Lisboa e a outros pontos da Margem Sul do Tejo. Esta-

¹¹² Marco Oliveira BORGES: *O porto de Cascais...*, pp. 50-51.

¹¹³ Jorge FREIRE: *op. cit.*, p. 39.

¹¹⁴ Marco Oliveira BORGES: *op. cit.*, pp. 50-51 e 124.

mos perante um complexo geográfico conectado entre si desde muito cedo e que tem de ser compreendido numa perspectiva de longa duração, em que locais estratégicos, estruturas ou os seus materiais pétreos possam ter sido aproveitados ou readaptados ao longo dos séculos, situação atestada arqueologicamente no caso do Alto da Vigia. O porto do Touro/Espigão das Ruivas e a área portuária de Cascais também comprovam uma ocupação em larga diacronia. A toponímia local permite perceber que ao longo da costa existiram estruturas de carácter defensivo e de vigilância, marcando a paisagem cultural marítima, ainda que alguns topónimos tenham uma etimologia bastante duvidosa e não se saiba ao certo se tiveram derivação de um contexto militar islâmico.

Em todo o caso, Cascais destaca-se sobretudo pelo facto de ter o último porto marítimo que permitia a ancoragem de navios antes da entrada na barra do Tejo e viagem para Lisboa, acrescendo essa importância devido às condicionantes geográficas desta área e que perturbavam fortemente a navegação. Consequentemente, isso conferia uma utilidade significativa ao seu porto no apoio às actividades marítimas e às lides da defesa costeira, sendo muito provável que já estivesse fortificado. Espera-se que um dia a Arqueologia possa vir a trazer elementos mais esclarecedores sobre a presença islâmica na área terrestre que envolve o porto de Cascais.

Por fim, existe a forte possibilidade de que a forma primitiva do topónimo Cascais tenha surgido durante o Período Islâmico, seja associada a Khashkhash ou a uma vinda de combatentes muçulmanos do litoral catalão. Com as recentes investigações a teoria que via o topónimo desta vila originar de uma hipotética «aldeia dos Cascais», de contexto português, perdeu sentido, ainda que o elemento «casca» seja fundamental para outras interpretações.

De uma forma geral, a continuação das investigações permitirá aprofundar os assuntos que têm vindo a ser discutidos e introduzir novos elementos para discussão.